



## **Plano de Ação para a Economia Circular**

### **Parecer da CEP - Circular Economy Portugal**

A Circular Economy Portugal saúda este Plano de Ação para a Economia Circular. Os Estados têm um papel fundamental a desempenhar na transição, pois dispõem de ferramentas reguladoras, institucionais e financeiras que permitem orientar o mercado e as práticas sociais. Este plano indica uma série de caminhos para a operacionalização dessas ferramentas, tendo por isso a nossos olhos grande valor.

#### ***1) Papel de exemplaridade do Governo***

Precisamente por dispor dos meios para criar, dentro dos seus limites, um quadro favorável ao florescimento da economia circular, o Estado tem, cremos, a responsabilidade de dar o exemplo. Incentivamos o Estado a assumir compromissos de implementação de práticas circulares no seu funcionamento e nas instituições que tutela. Tanto o valor de exemplo como o impacto gerado podem ser muito altos: e se as escolas públicas passassem a usar pelo menos 50% de papel reciclado, ou introduzissem medidas de reaproveitamento de água? E se as instituições públicas lançassem projetos-piloto na área da servitização, experimentando adquirir serviços em vez de produtos e impulsionando assim novos modelos de negócio circulares?

A figura das compras públicas ecológicas, que neste plano merece toda uma agenda, é certamente um importante eixo de ação (basta pensar nas obras públicas, dado o impacto ambiental do sector da construção), mas existem outras estratégias para além da compra, como por exemplo medidas voluntárias de redução do uso de certos recursos.

#### ***2) Operacionalização do plano***

As várias ações detalhadas neste plano referenciam documentos de enquadramento e legislação relevante. No entanto, não dão conta dos resultados desses quadros e legislação na prática. Seria importante alicerçar este plano nos sucessos e fracassos das medidas existentes (são ou não executadas? quais os impactos?), para aprender as devidas lições e colmatar falhas.

No âmbito da Ação #2, parece-nos pertinente sugerir a criação de um Fair Finance Guide (guia da finança justa) para Portugal, à semelhança do que já existe [noutros países](#),

disponibilizando assim aos cidadãos uma ferramenta importante para a avaliação da ética e sustentabilidade das instituições financeiras nacionais.

Sugerimos ainda uma reflexão sobre a oportunidade de, a par dos incentivos fiscais às boas práticas, desenvolver formas de medir as externalidades negativas das atividades económicas e de, através de mecanismos fiscais, levar as empresas e integrar esses custos nos respetivos balanços.

Apoiamos a implementação de uma fiscalidade verde ambiciosa que tenha como objetivos recompensar as entidades que limitem o seu impacto ambiental, penalizar as entidades mais poluentes e incentivar a multiplicação de ações virtuosas. É urgente, por exemplo, a aplicação de taxas mais elevadas à incineração e aterro, por forma a orientar claramente os atores do setor para soluções circulares.

Avançamos uma comparação com as medidas implementadas no setor alimentar francês: em França, as empresas do sector alimentar podem deduzir 33% do valor dos seus desperdícios do montante dos seus impostos sobre o rendimento, no limite de 0,5% do volume de negócios. No entanto, esta dedução chega a 60% quando os produtos alimentares são doados em vez de descartados, o que equivale a um diferencial de 27%. Em Portugal, já existe um incentivo fiscal semelhante mas o seu carácter modesto limita o seu impacto: doar um produto em vez de o deitar fora representa uma redução de impostos adicional de só 11% (passando de 24% a 35%), versus 27% no caso francês. Além disso, o limite da dedução total autorizada é relativamente baixo, o que não é adaptado às grandes empresas.

Na Ação #5 “Nova Vida aos Resíduos” notámos a ausência de uma estratégia para os resíduos orgânicos. A obrigatoriedade (progressiva) da recolha seletiva de orgânicos, incluindo domésticos, deveria ser estabelecida, a par de uma aposta clara na compostagem como destino. Em geral, incentivamos a elaboração de uma estratégia detalhada para a promoção da bioeconomia, que vai de par com a economia circular.

Alertamos para a importância de assegurar estabilidade e continuidade ao quadro regulador que este plano irá estabelecer. Para os atores económicos, nomeadamente as empresas, a adaptação à mudança, a adoção de novas práticas e a mobilização de investimento são mais fáceis se feitos num clima de confiança na estabilidade dos quadros apresentados.

### ***3) Metas e Avaliações: importância do estabelecimento de objetivos quantitativos, monitorização do processo e iteração***

Este plano detalha uma série de ações pertinentes a executar. No entanto, essas ações não são acompanhadas de metas claras que indiquem para onde se quer caminhar e permitam perceber a que ritmo se está a avançar. Essas metas devem incidir sobre os impactos das ações e não sobre a dimensão das ações em si, ou dito de outro modo, a obrigação de resultados deve substituir-se à obrigação de meios. Definir o número desejável de parcerias com municípios ou os montantes a investir em projetos de economia circular não chega. É importante escolher indicadores que permitam revelar os resultados reais dessas medidas, e definir os resultados ambicionados. Na agenda setorial dedicada à construção, por exemplo, seria desejável incluir indicadores como a percentagem de materiais reciclados na

totalidade dos materiais de construção utilizados; e a percentagem de resíduos de construção e demolição que é efetivamente reutilizada ou reciclada.

Ainda na questão da medição de resultados, parece-nos pertinente recomendar a utilização por parte do Governo Português de indicadores macro-económicos alternativos ao PIB. Não o fazer é não ser coerente com as premissas de base da economia circular. O PIB processa os inputs financeiros de uma economia, mas a riqueza produzida durante um certo período de tempo é diferente da riqueza disponível nesse mesmo período e do usufruto que a totalidade dos agentes dessa economia dela pode fazer; esse input de riqueza é também diferente da riqueza disponível no futuro. Do [Better Life Index](#) da OCDE ao [Happy Planet Index](#) do New Economic Forum, as experiências com medidas alternativas abundam.

#### **4) O papel dos atores culturais e da inovação social**

A transição para uma economia circular, a fazer-se, será acompanhada de profundas mudanças culturais e sociais, e por elas potenciada. Os atores culturais (pensemos nos media) participarão no grau de sucesso ou fracasso dessa transição. Um desafio associado a este Plano de Ação é o de fazer da cultura (de massas) uma aliada e conseguir transferir o racional da economia circular do nicho em que se encontra para o mainstream. Incentivamos a uma reflexão sobre as estratégias e parceiros que possam estar à altura deste desafio.

Creemos ainda que o Estado deverá estar atento à sociedade civil e aos ecoempreendedores, fontes de inovações sociais que é preciso ajudar e potenciar. Por exemplo, iniciativas como a [Fruta Feia](#), a [Zero Desperdício](#) ou a [Refood](#) estão a contribuir significativamente para a eficiência dos recursos e para o aprofundamento da cultura ambiental do país. Movimentos internacionais como o [Transition Towns](#) ou o [Zero Waste Lifestyle \(Bea Johnson\)](#) são motores da transição (potenciados pela emergência das plataformas digitais) porque operam mudanças de atitudes e comportamentos. O trabalho de monitorização e apoio à inovação social constitui uma alavanca fundamental.

#### **5) Economia Circular e justiça social: oportunidade de mudança e sinergias a explorar**

A visão para o Portugal de 2050 enunciada na página 24 é bela e ambiciosa. Achamos particularmente importante a ligação ali explicitada entre desenvolvimento sustentável e inclusão social. No nosso entender, o modelo proposto pela Economia Circular oferece às sociedades humanas a oportunidade de corrigir as desigualdades sociais que o modelo capitalista tende a acentuar. A Economia Circular não é apenas uma maneira de resolver os problemas atuais e futuros de escassez, risco e poluição, assegurando a continuidade do status quo; trata-se, na sua promessa mais profunda, de uma conceção radicalmente diferente de prosperidade, alicerçada no usufruto de todos e não na acumulação de capital de alguns.

Neste sentido, notámos a ausência do Ministério Trabalho, Solidariedade e Segurança Social do grupo de entidades a envolver nas diferentes ações. Cremos que há sinergias a procurar nas áreas da inclusão laboral e da solidariedade, com atores do Estado e do terceiro setor (ex: [RESIT](#) – Rede de Empresas Sociais de Inserção pelo Trabalho).